

As CPIs na Câmara dos Deputados

FSP-27.11.77

MDB denuncia a situação das reservas indígenas

Índios, o eterno voto vencido

Criada para "tapar buraco", a CPI do Índio concluiu com poucos resultados

A situação das terras indígenas, com destaque para as reservas situadas no Sul do país, no Nordeste, a questão do Parque Indígena do Araguaia — na Ilha do Bananal — e do Parque Nacional do Xingu, é a principal denúncia contida no relatório alternativo apresentado pela bancada do MDB à CPI do Índio.

sede em Xenxere (SC) e de outras empresas partilhadas.

REFLEXOS NO NORDESTE

A falta de recursos do In- cira para o reassentamento de posseiros que invadem áreas indígenas, a lenta tramitação de ações judiciais impetradas pela Funai e o desconhecimento do órgão sobre a Amazônia Legal — que vem propiciando certidões negativas indevidas a grupos empresariais — são as principais causas, segundo o documento, que contribuem para o surgimento de invasores, cada vez em maior número, e os consequentes conflitos e devastação de áreas indígenas.

Com relação às áreas do Nordeste, onde geralmente as delimitações das reservas indígenas acabam por beneficiar o fazendeiro — como é o caso dos índios Guajajara e Krikati, do Maranhão — "a situação apresenta-se como reflexo e extensão dos graves problemas fundiários existentes em toda região", analisa o documento. Co- n relação ao caso específico da área dos índios Krikati — Município de Montes Altos (MA) —, são cerca de 1.500 intrusos, sendo que a própria sede do Posto Indígena encontra-se encravada na Fazenda São Francisco, de atividade eminentemente pecuária.

Entre os problemas apontados como de difícil solução, o relatório apresentado pelo MDB destaca, ainda, o Parque Indígena do Bananal, área visitada, inclusive, pela Comissão. Lá existem cerca de 5 mil famílias de posseiros que vêm impedindo até agora a demarcação do parque, enquanto a Funai vem desenvolvendo e acelerando um outro tipo de ocupação do parque, através do DGPI, através dos projetos de bovinocultura que estão sendo implantados na área. No mesmo parque indígena, projetos agropecuários de grande vulto estão sendo igualmente desenvolvidos, em caráter empresarial, na

BRASILIA (Sucursal) — A presença do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, e do presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Sistema Fundiário, constituíram-se num dos acontecimentos mais importantes das comissões técnicas da Câmara, no decorrer deste ano.

Faltaram projetos polêmicos

A importância dos depoimentos dos representantes do clero parece resultar, em sua maior parte, da ausência de projetos polêmicos e do reduzido interesse popular inerente aos assuntos que este ano mereceram a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Nas outras CPIs, do Índio e dos Minérios, o único momento mais movimentado foi o da aprovação do relatório final apresentado pelos relatores designados, respectivamente Ubaldo Correa e Prisco Vianna, ambos da Arena.

O comportamento das comissões de inquérito durante este ano contrariou um hábito que vinha se consolidando desde 1974, quando o MDB passou a ocupar mais de um terço das cadeiras da Câmara. Desde aquela época, as CPIs lá constituídas tiveram como tônica o questionamento permanente do modelo político e econômico em vigor no País e mantiveram um nível de discussão capaz de prender a atenção da representação parlamentar.

O mesmo não aconteceu com a CPI do Sistema Fundiário, que ao final do prazo, teve como conclusões finais o voto em separado do MDB, porque a representação arenista não compareceu à reunião, dando-lhe maioria para decidir.

Se Casaldáliga e Balduino, entre outros, não tivessem feito depoimentos denunciando as violências a posseiros e aquisição ilegal de terras de índios e de pequenos agricultores, as CPIs que funcio-

área dos índios Tapirapés, pelas empresas Codeara, Tapiraguá e Fazenda Porto Velho.

AREA XAVANTE

Após detalhar o tipo de invasão sofrida pelos índios Surui do Pi Sete de Setembro, em Rondônia, devido às correntes de migração espontânea oriundas do Sul do País, o relatório do MDB faz uma análise minuciosa das irregularidades que vêm ocorrendo nas áreas Xavantes, principalmente nos postos de Couto Magalhães, Arões e Pimentel Barbosa também visitadas pela Comissão.

Lá, a questão de demarcação de terra indígena não deixa de ser mais grave por envolver inclusive funcionários da Funai, como é o caso do funcionário da seção de Cartografia, Valdênio Viriato — hoje proprietário na região — e outros atuais funcionários do órgão que levaram os índios do Pi Pimentel Barbosa a aceitar a redução de sua área pela metade, de acordo com mais um decreto — n.º 741, de 27/2/75 — em troca de algumas novilhas e uma camionete, máquinas de costura, roupas e rolos de arame para currais, segundo relato dos próprios índios.

O relatório alternativo termina por criticar os critérios de expedição de certidões negativas pela Funai — requisito básico para a obtenção de Incentivos Fiscais na área da Sudam.

O relatório alternativo termina por criticar os critérios de expedição de certidões negativas pela Funai — requisito básico para a obtenção de Incentivos Fiscais na área da Sudam.

AUSÊNCIA DE MINISTROS

Houve momentos, durante o funcionamento das CPIs, em que questões políticas pareciam ter ali uma possibilidade de solução. Uma delas diz respeito ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que, diversas vezes criticado por não aceitar ser sabatinado por parlamentares, chegou a confirmar sua ida à CPI do Sistema Fundiário, para discutir os conflitos de terras. O mesmo aconteceu com o ex-ministro do Exército, Sívio Frota, que manteve contatos com o relator da CPI, Jorge Arbage, sobre a possibilidade de comparecer ao órgão de investigação para explicar a intervenção do Exército Nacional nos conflitos. Ambos, apesar das promessas, lá não compareceram, porque a liderança da Arena não autorizou a prorrogação dos trabalhos da CPI, e, em consequência, tornou sem efeito os depoimentos previstos para o novo período de atividades.

COMISSÕES TÉCNICAS

A Comissão de Justiça, que durante anos se caracterizou como fórum de debates de temas institucionais — até mais que o plenário — não conseguiu este ano manter a tradição. Os únicos assuntos políticos por ela examinados este ano, sem grandes discussões, foram os projetos de inquilinato, de formação de novos partidos, de acordo com as manifestações do eleitorado no pleito de 1978) e de prorrogação do mandato partidário.

Com exceção de alguns simpósios e mesas-redondas — sobre desemprego na indústria automobilística e seguros privados, promovidos pela Comissão de Economia, dependência tecnológica, pela Comissão de Tecnologia, e novos rumos da diplomacia ocidental, pela Comissão de Relações Exteriores —, com exceção dessas, as outras comissões da Câmara funcionaram apenas com a apreciação de projetos, realizando eventuais sessões de audiência pública para ouvir representantes do Executivo a respeito de matérias em tramitação.

PAMELA NUNES da Sucursal de Brasília A Comissão Parlamentar de Inquérito — constituída com a finalidade de apurar denúncias relativas a invasão de reservas indígenas e avallar o sistema de medidas desenvolvidas no sentido de resguardar a fixação dos grupos indígenas nos respectivos "habitats" — iniciou os seus trabalhos a 5 de maio desse ano com uma característica que iria acompanhar suas atividades até a última sessão: a do voto vencido.

Isso porque desde o seu início até o relatório final aprovado na última quinta-feira, de autoria do deputado Ubaldo Correa (Arena/PA) — e que pela sua evidente superficialidade e parcialidade foi recusado pela bancada do MDB —, a constituição da Comissão guardava uma finalidade bem definida, ou seja, a de "tapar buracos". Entre uma comissão parlamentar para investigar a violação dos Direitos Humanos no Brasil — conforme solicitação do MDB no início desse ano — e uma investigação da problemática indigenista, optou-se pela segunda que, afinal, não estava tão na ordem do dia quanto os Direitos Humanos, embora a situação dos índios no Brasil seja sempre motivo de noticiário internacional.

INCIDENTES

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que se preocupasse em apurar as irregularidades ocorridas na aplicação da política indigenista, começou a ser negociada por iniciativa do Conselho Indigenista Missionário, representado pelo secretário-geral da entidade, o missionário Antônio Iazi. No início do ano passado ele manteve contatos com deputados do MDB — mais especificamente com cinco — dos quais três foram cassados. Esses parlamentares eram Laerte Vieira (SC), Jerônimo Santana (RO), Lisâneas Maciel (RJ), Amauri Muller (SC), e Nadir Rossetti, (RGs).

Na ocasião, segundo depoimento do próprio Antônio Iazi, a ideia de uma CPI do Índio não atraiu maiores atenções, por parte, principalmente de líderes arenistas, até que o partido oposicionista solicitou a constituição de uma CPI destinada a apurar os casos de violação dos Direitos Humanos no Brasil. A partir de então, optou-se pela CPI do Índio, convocada por iniciativa do deputado Osvaldo Busquel, pela necessidade de preencher os requisitos regimentais da Câmara dos Deputados quanto ao número de CPIs por ano.

A grande decepção inicial trazida pela CPI do Índio foi o elenco de depoentes apresentados na primeira sessão pelo relator Ubaldo Correa (Arena/PA), fornecida — segundo se apurou em seguida, divulgando-se amplamente pela imprensa — pelo advogado da Funai, Tibério Cordeiro Tavares, e que durante os 180 dias de existência da comissão exerceu assessoria ostensiva junto a bancada da Arena, fornecendo, inclusive, perguntas que deveriam ser formuladas a cada depoente para favorecer, naturalmente, a atuação da Fundação Nacional do Índio.

DEPOIMENTOS

O elenco de depoentes apresentado na primeira sessão, no entanto, foi modificado, sem que as alterações trouxessem, para a comissão, qualquer tipo de contribuição efetiva, pois, dos 18 depoentes, um total de 13 eram ligados à Funai, seja na condição de funcionários ou ex-presidentes da Fundação, ex-ministros do Interior, além do próprio general Ismarth e o atual ministro Rangel Reis, o último depoente.

Dessa forma, entre os incidentes que tumultuaram o primeiro semestre político, entre eles a cassação do líder do MDB, Alencar Frutado — que determinou o afastamento do deputado Freitas Nobre da presidência da CPI, para assumir a liderança do MDB na Câmara —, a votação do divórcio — que esvaziou, em muito, todas as comissões — e o recesso parlamentar de julho, a CPI do Índio começou a ouvir uma série de depoimentos que pouco ou nada acrescentaram à realidade da problemática indígena no Brasil, amplamente divulgada pela imprensa.

O primeiro depoente, o sertanista — cogitado, inclusive, como um possível Prêmio Nobel da Paz — Orlando Villasboas, talvez pelo cansaço da luta por uma causa inglória como por diversas vezes tem confessado aos que o acusam de omissão, limitou-se a justificar a transferência dos índios krejakarorés para o Parque Nacional do Xingu, devido à construção da BR-080. Além disso, seu depoimento foi ilustrado por "slides" sobre os processos de atração das tribos que atualmente habitam o Alto Xingu, chegando, por vezes, a justificar possíveis "cochiladas" da Funai. É necessário dizer que, antes de depor na CPI Orlando conversou, demoradamente, com o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, tendo vindo à Brasília uma semana antes especialmente para esse fim, além do encontro que manteve com a bancada da Arena.



Os maiores interessados em sua auto-determinação não foram ouvidos e...

por técnicos indigenistas por ocasião do curso de indigenismo promovido pela Funai em agosto de 1975, na Ilha do Bananal.

Um dos aspectos mais discutidos quanto aos depoimentos da CPI dizia respeito a consultas às lideranças indígenas que, desde o começo dos trabalhos, teriam de ser ouvidas. Entre os nomes mais citados estavam o do cacique xavante Mário Juruna, e do líder parécí, Daniel Cabixi ou de João, líder bororó. O que não estava previsto e por isso surpreendeu a todos quando anunciada, foi a convocação de Jair de Oliveira, vereador pela Arena da Câmara Municipal de Aquidauana, e que acabou sendo o único índio ouvido pela CPI. Jair é do grupo terena e foi o responsável pelo discurso de saudação ao presidente Gessel, por ocasião de sua visita à aldeia que, diga-se de passagem, esgotou, bastante, a verba da Funai para esse ano.

Em seguida, no dia 17 de agosto, compareceu à Câmara o antropólogo George Cerqueira Leite Zarur, também ligado à Funai — está apenas licenciado do Conselho Indigenista do órgão — e cujo depoimento, segundo o comentário do padre Antônio Iazi na ocasião, pecou pelo cientificismo (que Iazi definiu como ciência abstrata, recorrendo sobre teorias que tanto poderiam ser aplicadas aos primitivos da Nova Zelândia como aos índios do Brasil).

Nessas alturas, foi convocado, de forma inesperada, D. Cândido Padim, bispo de Baur — que, por acaso, tem índios em sua área e teria sido convocado por ter sido colega de Direito do presidente da CPI, deputado Israel Dias Novaes — e que falou sobre os fundamentos filosóficos e história do Direito dos índios, defendendo o cuidado que deve ser tomado por todos que são ligados à questão indigenista, para que os índios continuem a ser o que sempre foram, sem que lhes seja outorgado o direito de viver.

Dos 18 depoentes, talvez o relatório do secretário-geral do Cimi, padre Antônio Iazi — cujo depoimento não estava previsto na lista inicial — foi o que maior contribuição tenha trazido à CPI pelo teor das denúncias contidas no seu depoimento — todas elas comprovadas através de documentos que foram anexados aos anais da comissão. Em seu depoimento, Iazi procurou apresentar uma análise das principais causas da problemática indígena, concluindo pela inviabilidade da Funai, que comparou ao "Esquadrão da Morte".

O depoimento do presidente do Conselho Indigenista Missionário começou a ser cobrado pelos deputados do MDB. Para não convocar o bispo de Goiás Velha, D. Tomás Balduino — cujo depoimento na CPI da Terra causou constrangimentos pela agudez das denúncias que continua — foi chamado, para substituí-lo, o padre Jaime Venturilli, primeiro presidente daquela entidade que, em um depoimento que durou no máximo sete minutos, informou à CPI que não foi o fundador do Cimi, mas que sempre pensou na possibilidade de constituir um órgão idêntico, ou seja, mais um depoimento dispensável e que nenhum subsídio novo trouxe. Aliás, à guisa de informação, o padre Venturilli chegou a ser convidado pelo general Bandeira de Mello — ex-presidente da Funai no governo Costa e Silva — para assumir a 9.ª delegacia da Funai, em Campo Grande.

O padre Venturilli disse, ainda, que se afastou do Cimi pela linha adotada pela entidade, "que é contrária ao pensamento dos religiosos salesianos" — ordem religiosa da qual faz parte — acrescentando que todos os salesianos são contra as diretrizes dos missionários do Cimi. Além disso, confessou estar por fora da problemática indigenista, não obstante ser professor titular da cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia de Campo Grande.

Quando ao ex-ministro do Interior, Albuquerque Lima, nada a comentar sobre seu depoimento, que teve características de relato apenas histórico sobre a atuação do Serviço de Proteção ao Índio até a criação da Funai. Com relação ao primeiro presidente da Fundação, o que se pode registrar de seu depoimento é a defesa intransigente que fez da integração do índio à comunidade nacional, "não como mão-de-obra barata, mas em igualdade de condições com as demais parcelas da população brasileira", além de esclarecer o conceito de tutela que, na sua opinião, funciona, ainda, como instrumento de proteção ao índio.

Defendeu, também, o atual Estatuto do Índio, embora reconhecendo a sua omissão no que se refere às atividades das missões. Defendeu o direito dos índios a se reunirem em assembleia, além de atribuir a concessão de certidão negativa do vale do Guaporé — onde habitavam os índios Nhamiquaras, hoje vivendo de favores das fazendas que lá se instalaram — à falta de informação sobre a presença de índios na área sendo que, na ocasião, a nação nhamiquara era calculada em cerca de 500 índios.

NADA DE NOVO

E os depoimentos se seguiram, sendo que um dos que eram aguardados com maior expectativa era o do ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello — durante o governo Costa e Silva — época em que foram cometidas as maiores atrocidades a grupos indígenas e que, no seu relatório, referiu-se, sem falsa modestia, "às conquistas do meu tempo". Foi Bandeira de Mello quem proferiu a frase que causou reação de âmbito internacional: "o índio não pode atrapalhar o progresso", justificando as aberturas de estradas em áreas indígenas. Também funcionários da Funai, o procurador jurídico do órgão indigenista, Getúlio Barros Barreto, após em outubro, definindo alguns pontos do Estatuto do Índio como a questão tutelar, a emancipação, atribuindo ao órgão toda a responsabilidade sobre as questões indígenas e definindo a emancipação como o ápice da integração.

Além dos acima citados, a Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu, ainda, o professor Pedro Agostinho, antropólogo da Universidade da Bahia — que forneceu fatos concretos sobre a situação das áreas do Parque do Xingu, Bananal, Guaporé, e dos índios da Bahia. Ele sugeriu o afastamento do órgão indigenista, do sertanista Fritz Toksdorff, a quem acusou de incapaz para coordenar serviços junto aos índios. Também depuseram o empresário Enzo Pizano, representante do grupo Atalla Coppersucar, que ocupa região do rio Envira, no Acre, que desmentiu a presença de índios, e o general Frederico Augusto Rondon, que sugeriu a anexação da Funai ao Ministério do Exército, por considerar "o índio como um soldado nato".

RELATÓRIO ANTECIPADO

Entre o depoimento do general Frederico Augusto Rondon e os três últimos depoentes — considerados os mais importantes — o ex-ministro do Interior, Costa Cavalcanti, o atual presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira e o ministro Rangel Reis, do Interior, novos acidentes vieram tumultuar, ainda mais, os trabalhos da CPI. E que as arbitrariedades na convocação dos depoentes e a assessoria ostensiva à bancada da Arena pelo advogado da Funai terminou por provocar o desinteresse por deputados do MDB, que tinham de ser, literalmente, conduzidos pela orelha pelo líder oposicionista Freitas Nobre que declarou, certa vez, ter especial carinho por uma CPI do Índio.

Outro incidente foi a denúncia pela imprensa de que o relatório a ser



... hoje são mera mão-de-obra barata.

apresentado no final dos trabalhos já estaria pronto e que seria todo orientado pela Funai, contendo, inclusive, substâncias extraladas do próprio relatório do general Ismarth de Oliveira, que ainda não havia depositado. A notícia foi desmentida, mas a leitura do relatório final, onde o depoimento do general Ismarth foi citado inúmeras vezes, veio comprovar que os comentários de bastidores não estavam de todo incorretos.

Já no final dos trabalhos, várias vozes se faziam ouvir quanto à ineficácia da CPI. O presidente do Cimi, D. Tomás Balduino, declarou em outubro que "os responsáveis pela CPI convocaram — salvo raras exceções — pessoas notoriamente comprometidas com grupos empresariais ou governamentais, para os quais os índios nada representam como pessoas humanas". O deputado Ailton Soares (MDB/SP), na mesma ocasião, declarava aos jornais já estar cansado de participar dessa farsa. Sem falar no próprio comentário do presidente da CPI do Índio, Israel Dias Novaes, após ouvir o depoimento do ministro do Interior — anunciando mudanças substanciais na Funai e no Estatuto do Índio —, que revelou estar "alarmado" por entender que a regulamentação do Estatuto, anunciada pelo ministro, poderia significar um debulhamento na política indigenista até então adotada. Entendeu o presidente da CPI, pelas palavras de Rangel Reis, que mesmo as reservas indígenas já demarcadas poderiam sofrer redução em suas áreas pois, como disse o ministro, "pelo novo Estatuto serão estudadas as necessidades reais de sobrevivência de cada grupo indígena".

ALTERNATIVA

Na última sessão da CPI, após ouvir o superficial relatório apresentado por Ubaldo Correa — que apenas apresentou propostas convenientes à Funai —, o deputado Ailton Soares, representando o MDB — que optou por votar em separado por não concordar com o relatório da Arena — fez a leitura do que chamou de relatório alternativo e que será publicado juntamente com o documento aprovado, segundo determinou Israel Dias Novaes no encerramento da sessão.

O relatório alternativo, que conclui pela necessidade de criação de um território indígena e pela constituição de uma Comissão Permanente do Índio na Câmara dos Deputados "para acompanhar a tramitação do ante projeto que val regulamentar o Estatuto do Índio e reestruturar a Funai", esse sim, conseguiu fazer uma análise mais profunda sobre a problemática indígena em si e suas implicações.

Assim, embora constitua voto vencido, o relatório do MDB conseguiu, no mínimo, pormenorizar os problemas levantados, superficialmente durante a CPI como, por exemplo, a questão da integração dos índios no mundo "civilizado" e o perigo da perda da auto determinação dos grupos indígenas; "cabe ressaltar quais os mecanismos e qual a política a seguir que permita transitar no estado de isolamento, através de todas as transformações sócio-culturais que serão inevitáveis, até que permita à população indígena sobreviver, sem a expolição total a que muitos foram submetidos, com um mínimo de dignidade".

Esse processo, segundo o relatório, remonta a um dos aspectos fundamentais da questão, ou seja, o das terras indígenas. Se o índio tem a terra, ele pode passar a ser um produtor autônomo, se não a tiver, ou se essa terra for insuficiente, ele se proletariza localmente, vendendo sua força de trabalho, que é escedente no mercado local, devido às correntes migratórias, como vem ocorrendo em diversas regiões do País. Diz ainda o documento do MDB que a problemática indígena é apenas parte de uma questão muito mais abrangente, "que é a da instauração do capitalismo no campo em nosso País — considerado em termos de expansão de fronteiras econômicas, meta do desenvolvimento nacional".

"O que está ocorrendo — diz o relatório — é que como exigência estrutural desse próprio funcionamento, para que sejam instaladas as grandes empresas, sobretudo agropecuárias — cerne da atual problemática indígena — é preciso dissociar a mão-de-obra camponesa, indígena ou não-indígena e a mão-de-obra indígena-tribal. E esta expansão exige que se separe o meio de produção básico, que é a terra, do trabalho que a ela está ligado, isto é, que se separe de tal maneira que possa haver uma força de trabalho disponível de um lado, e de outro, que essa força de trabalho seja conduzida por salários. E isto que explica que, muitas vezes, o problema da luta pela defesa das áreas indígenas e dos conflitos com posseiros estejam intimamente relacionados".